



ID: 30237820

20-05-2010

PRIMEIRO PLANO

PLANO DE AUSTRIDADE CONTRA O DÉFICE



Em 2010 não haverá crescimento do crédito

“Em 2010 não haverá crescimento do crédito e admito até que possa haver uma retracção”, disse Santos Ferreira, presidente do Millennium BCP, no decorrer de um evento sobre o sector financeiro.



Medidas de contenção foram fundamentais

As medidas de austeridade estipuladas pelo Governo (...), levando à actualização do PEC, foram fundamentais para reverter a falta de confiança dos mercados, disse Faria de Oliveira, presidente da CGD.



Helena André, ministra do Trabalho, e o primeiro-ministro José Sócrates sentaram-se ontem com os representantes de patrões e trabalhadores, na Concertação Social

Novo IRS atinge subsídio de férias da Função Pública

Acréscimo à taxa afinal não vigora a partir de Julho, mas já a 1 de Junho

ALEXANDRA FIGUEIRA
afigueira@jn.pt

Na semana passada, Sócrates falava de Julho; ontem, disse que o acréscimo à taxa de IRS entrará em vigor já no próximo mês. Mas ainda não se sabe de que forma tudo será feito. Nem a reunião de ontem de Concertação Social foi esclarecedora, disseram os parceiros.

Havia mais perguntas do que respostas. Nem os parceiros sociais, com quem o primeiro-ministro reuniu esclareceram as dúvidas sobre a aplicação das medidas de redução do défice público.

Num comunicado, o Ministério das Finanças disse que “as novas taxas de IRS (...), tendo em conta a aplicação na liquidação de IRS respeitante a todo o ano de 2010, apenas incidirão sobre a parcela do rendimento angariada a partir de 1 de Junho”. Ou seja, descodificou o presidente da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o acréscimo de 1% ou 1,5% será cobrado em simultâneo com a taxa “normal”, mediante os rendimentos obtidos até 31 de Dezembro. Mas a sobretaxa só incidirá sobre

Patrões e sindicatos saem de reunião sem respostas

Na próxima terça-feira, representantes de empregadores e trabalhadores voltam a reunir com o Governo, em Concertação Social. Ai esperam, ao contrário do sucedido ontem, saber mais do que é público sobre as medidas de combate ao défice. Uma delas, já se sabe, é o fim dos apoios aos desempregados, à contratação e às empresas definido

em 2008 e, boa parte dele, renovado já este ano. “O primeiro-ministro deixou entreaberta uma fresta, algumas [medidas] poderão não ter um término absoluto”, disse João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio. Mais directo ao assunto, António Saraiva, da CIP, garantiu: “Saí de lá como entrei, não houve esclarecimentos adicionais”. Paula Bernardo, da UGT, também tentou conhecer os planos do Governo “sobretudo quanto ao apoio ao emprego”, mas “ficou tudo adiado para o próximo dia 26”, disse.

os rendimentos a partir de Junho. Algo que Domingues Azevedo considera “inexequível”. “Como é possível tratar no mesmo ano dois rendimentos, taxados de duas maneiras diferentes?”, questionou.

“Alguma medida administrativa teremos de tomar”, dizia José Sócrates à saída da Concertação Social, garantindo que só serão taxados os rendimentos obtidos “a partir de 1 de Junho”, não havendo portanto retroactividade a 1 de Janeiro, como adiantava o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ao jornal “i”, na véspera.

Em todo o caso, esta aparente antecipação em um mês da entrada em vigor da nova taxa não será inocente, suspeita Bettencourt Picanço, do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. “Os funcionários públicos recebem o subsídio de férias em Junho. Nada acontece por acaso”, disse.

Tudo indica que os salários vão baixar já no próximo mês, em resposta ao aumento do IRS

O mesmo diz Assunção Cristas, deputada pelo CDS/PP, partido que convocou o ministro das Finanças ao Parlamento para explicar as mudanças ao IRS. “A data terá sido para apanhar os subsídios de férias? E de que forma serão taxados os profissionais liberais, que podem ter a maior parte dos rendimentos no início do ano, antes de vigorar a sobretaxa?”

A própria capacidade em percorrer o processo legal a tempo de avançar já no próximo mês foi questionada, também por Miguel Reis, fiscalista na Garrigues. As medidas de combate ao défice serão discutido no Parlamento no dia 2 de Junho. Mesmo que aprovadas no mesmo dia, terão ainda que ser promulgadas por Cavaco Silva e publicadas em “Diário da República”. E as empresas ainda terão de se ajustar aos novos valores. “Tenho sérias dúvidas que entre em vigor em Junho”, disse.

A não ser que o Governo “contorne o Parlamento” e publique a sobretaxa através de um decreto-lei, atirou Jorge Machado, deputado do PCP.

Não foi possível obter junto das Finanças novos esclarecimentos.

COM LUCÍLIA TIAGO



ID: 30237820

20-05-2010

Crescer só 1% não faz aumentar emprego

O crescimento económico português de 1% no primeiro trimestre do ano é insuficiente para permitir uma recuperação do emprego no país, avisou ontem o presidente do BES, Ricardo Salgado.



São precisas medidas de carácter estrutural

"Só com medidas estruturais é possível combater a praga do desemprego", afirmou o presidente do Banco Santander Totta, Nuno Amado, analisando o actual momento da economia.



Medida de apoio foi alargada ontem

Um dos apoios às empresas criados em 2008 e que poderá vir a ser eliminado, o Qualificação/Emprego, foi esta semana estendida à construção civil, cerâmica, metalurgia e metalomecânica.

Em síntese

FAMÍLIAS PAGAM MAIS IRS
Menos deduções de Educação e Saúde e taxas mais altas: uma nova de 45% para quem mais ganha e uma adicional de 1% para rendimentos até 1284€ e de 1,5% para os superiores.

CONDIÇÃO DE RECURSOS
Vai ser obrigatório provar que não se tem dinheiro no banco para receber subsídios sociais.

SUBSÍDIO DESEMPREGO
Será mais baixo e terá regras mais apertadas.

MAIS IVA
Desde os produtos essenciais (como o pão e o leite) até aos de luxo: todos vão pagar mais um ponto percentual de IVA.

FIM DE MEDIDAS ANTICRISE
De apoio aos desempregados; de incentivo à contração; e de ajuda às empresas. A lista extensa de medidas tomadas em 2008 e, a maioria, renovada já este ano, irá terminar. Mas só na próxima terça-feira se saberão pormenores.

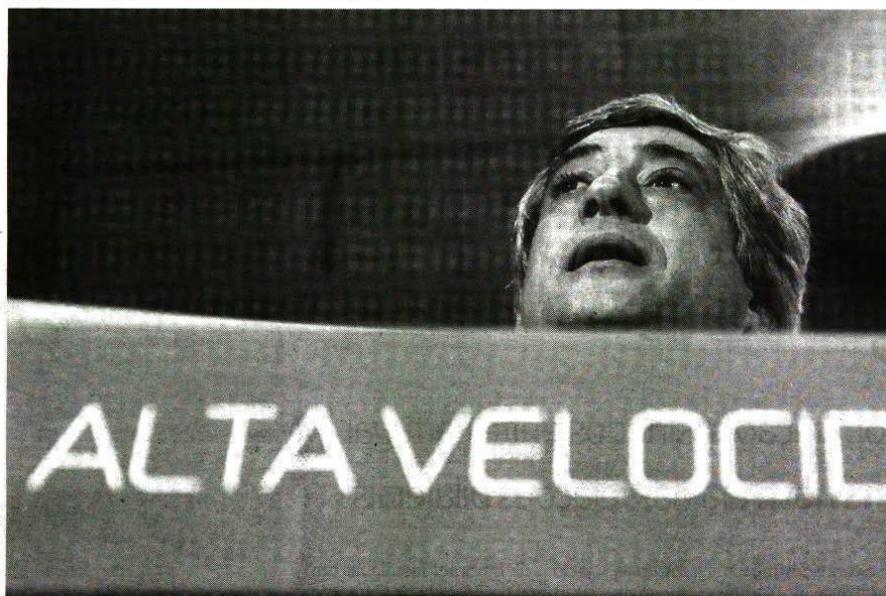
MAIS-VALIAS E CRÉDITO
O crédito ao consumo pagará mais imposto, ainda por revelar. Os ganhos na bolsa passarão a pagar 20%.

EMPRESAS PAGAM MAIS
As com mais de dois milhões de euros de lucros pagarão uma taxa adicional de 2,5%. Inclui a Banca e deixa de fora as PME.

PORTAGENS NAS SCUT
Continua em cima da mesa o dia 1 de Julho para começar a pagar portagens nas auto-estradas Porto/Lousada, Porto/Caminha e Gaia/Mira.

EMPRESAS PÚBLICAS PERDEM
270 milhões de euros é quanto o Governo quer transferir a menos para as suas empresas.

ADMISSÕES NA FUNÇÃO PÚBLICA
Ficam congeladas, excepto casos pontuais, que passarão pela Saúde e Educação. Também despesas como as de representação e comunicações serão cortadas.



António Mendonça recusa hipótese de adiar por três anos a construção da linha TGV entre Lisboa e Madrid

Madrid adia TGV e baralha Portugal

O ministro das Obras Públicas alertou ontem para o risco de Portugal perder fundos comunitários e ter de pagar indemnizações a Espanha, caso o troço TGV entre Poceirão e Caia fosse suspenso. No mesmo dia, os espanhóis decidiram adiar todas as obras ferroviárias em, pelo menos, um ano. Ontem, António Mendonça insistiu em concluir toda a linha de alta velocidade Lisboa-Madrid em 2013, mas no quadro das medidas de contenção orçamental os espanhóis decidiram adiar todas as obras ferroviárias, à excepção da ligação do AVE a Valencia. Com esta decisão, a intenção do Executivo português de prosseguir de imediato com a ligação Poceirão-Caia, que inclui a terceira travessia do Tejo, encontra menos argumentos a seu favor. Já em Novem-

bro de 2009, o ministro do Fomento espanhol tinha afirmado que até Março de 2012 o itinerário Badajoz/Madrid estaria em construção, um adiamento de dois anos que já entrava em conflito com os projectos portugueses.

Durante uma audição em comissão parlamentar, António Mendonça alertou para o risco de Portugal perder fundos comunitários já atribuídos e ter de pagar indemnizações a Espanha, caso a construção do TGV entre Poceirão e Caia não aconteça nos prazos definidos. O aviso foi dado ontem numa comissão parlamentar, onde o maior grupo da Oposição anunciou a entrega de um projecto de resolução que recomenda a suspensão da construção das linhas de alta velocidade ferroviária por, pelo menos, três anos.

Após o anúncio, o deputado "laranja", Jorge Costa, questionou o ministro sobre a forma como o comboio de alta velocidade vai entrar em Lisboa, devido à anulação do concurso para o segundo troço da linha Lisboa-Madrid, referente a ligação entre Lisboa e o Poceirão, que integra a terceira travessia do Tejo. O ministro respondeu que a hipótese da linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid parar no Poceirão "não se coloca" e garantiu: "é óbvio que a ligação entre Lisboa e o Poceirão terá de ser feita". CATARINA CRAVEIRO

Números

1359
MILHÕES DE EUROS
O troço Poceirão-Caia terá custos de construção na ordem de 1359 milhões e de manutenção de 12,2 milhões.

668
MILHÕES DE EUROS
Valor dos apoios comunitários para construção Lisboa-Madrid.

130
MILHÕES DE EUROS
As SCUT custam 700 milhões de euros/ano. O Estado prevê encaixar 120 a 130 milhões com portagens.

Actividade económica entra em terreno positivo

Recuperação

O indicador do Instituto Nacional de Estatística que mede a evolução da actividade económica conseguiu em Março atingir um valor positivo, interrompendo assim uma longa permanência em terreno negativo. Este perfil ascendente já se vinha a registar nos dois trimestres anteriores, mas só agora conseguiu passar a linha de água.

De acordo com a informação ontem divulgada, aquele indicador passou dos 0,4% negativos em Fevereiro para 0,1% em Março. Neste mesmo período, o INE contabilizou também recuperações nos dados relativos ao consumo privado e corrente, assinalando a forte recuperação sentida nos bens de consumo duradouro e de automóveis ligeiros de passageiros. Com a subida das taxas do IVA anunciada para o próximo

Compra de veículos aumentou em Março e tendência deve manter-se até à subida do IVA

dia 1 de Julho será de esperar que empresas e particulares antecipam algumas compras, o que poderá fazer subir de forma ainda mais expressiva o investimento em veículos e outras máquinas, nos meses de Maio e Junho.

Ainda em terreno negativo, mas a evidenciar também alguma recuperação está o indicador de clima económico, que melhorou pelo terceiro mês consecutivo. O INE salienta contudo que a recuperação registada pelos vários indicadores beneficia do efeito de base associado à forte quebra registada nos períodos homólogos.

Estes dados vêm confirmar a evolução da economia neste primeiro trimestre deste ano que, segundo a estimativa rápida, cresceu 1,7 em termos homólogos, mais 2,8 pontos percentuais que no final de 2009. LUCÍLIA TIAGO